

30. PADECEU SOB PÔNCIO PILATOS. JESUS E ISRAEL: A LEI, O TEMPLO E A FÉ NO DEUS ÚNICO E SALVADOR



INTRODUÇÃO

571-594

O mistério pascal da cruz e da ressurreição de Cristo está no centro da Boa Nova que os Apóstolos e a Igreja, na continuidade deles, devem anunciar ao mundo (571). A morte e a ressurreição são um único mistério, mas por necessidade pedagógica esses eventos são tratados em partes distintas do Catecismo. Os parágrafos que vamos estudar juntos fazem uma investigação histórica das circunstâncias da morte de Jesus com a finalidade de nos dar uma compreensão correta do sentido da nossa redenção (cf. 573). A morte de Cristo na cruz é um evento histórico que tem um significado salvífico, mas que deve ser entendida em sua forma histórica concreta de rejeição, de perseguição e de oposição por parte das autoridades religiosas e políticas concretas (cf. 572).

É preciso que nos perguntemos: Por que Jesus morreu na cruz? O que fez Jesus para ser condenado a esse tipo de suplício? Do que o acusaram para que pudesse ser condenado? Por que tanta irritação contra a Ele?. Investigar as circunstâncias da morte de Jesus significa dar-se conta que sua morte foi violenta. O que Ele fez e falou para despertar uma reação tão violenta?

Respondendo a essas perguntas, o Catecismo explica que para Israel, Jesus parecia agir contra as instituições essenciais do povo eleito: a submissão à Lei (577-582); a centralidade do Templo (583-586) e a fé no Deus único (587-591)

TEXTO 571-594

PRIMEIRA PARTE

SEGUNDA SEÇÃO

CAPÍTULO II: CREIO EM JESUS CRISTO, FILHO ÚNICO DE DEUS

ARTIGO 4: JESUS CRISTO PADECEU SOB PÔNCIO PILATOS, FOI CRUCIFICADO, MORTO E SEPULTADO



O ANUNCIO DO REINO DE DEUS

571. O mistério pascal da Cruz e da Ressurreição de Cristo está no centro da Boa Nova que os apóstolos e a Igreja, na esteira deles, devem anunciar ao mundo. O projeto salvador de Deus realizou-se “uma vez por todas” (Hb 9,26) pela morte redentora de seu Filho, Jesus Cristo

Parágrafo relacionado: 1067

572. A Igreja permanece fiel à “interpretação de todas as Escrituras” dada por Jesus mesmo antes e também depois de sua Páscoa. “Não era preciso que Cristo sofresse tudo isso e entrasse em sua glória?” (Lc 24,26). Os sofrimentos de Jesus tomaram sua forma histórica concreta pelo fato de ele ter sido “rejeitado pelos anciãos, pelos chefes dos sacerdotes e pelos escribas” (Mc 8,31), que o “entregarão aos gentios para ser escarnecido, açoitado e crucificado” (Mt 20,19).

Parágrafo relacionado: 599

573. A fé pode, pois, tentar perscrutar as circunstâncias da Morte de Jesus, transmitidas fielmente pelos Evangelhos e iluminadas por outras fontes históricas, para melhor compreender o sentido da Redenção.

Parágrafo relacionado: 158

PARÁGRAFO 1 JESUS E ISRAEL

574. Desde o início do ministério público de Jesus, fariseus e adeptos de Herodes, com sacerdotes e escribas, mancomunaram-se para matá-lo. Por causa de certos atos por ele praticados (expulsão de demônios, perdão dos pecados, curas em dia de sábado interpretação original dos preceitos de pureza da Lei, de pureza da Lei, familiaridade com os publicanos e com pecadores públicos), Jesus pareceu a alguns mal-intencionados, suspeito de possessão demoníaca. Ele é acusado de blasfêmia e de falso profetismo, crimes religiosos que a Lei punia com a pena de morte sob forma de apedrejamento.

Parágrafos relacionados: 530, 591

575. Muitos atos e palavras de Jesus constituíram, portanto, “um sinal de contradição” para as autoridades religiosas de Jerusalém – que o Evangelho de São João com frequência denomina “os judeus” – mas ainda do que para o comum do povo de Deus. Sem dúvida, suas relações com os fariseus não foram exclusivamente polêmicas. São os fariseus que o previnem do perigo que corre. Jesus elogia alguns deles, como o escriba de Mc 12,34, e repetidas vezes come com fariseus. Jesus confirma doutrinas compartilhadas por essa elite religiosa do povo de Deus: a ressurreição dos mortos, as formas de piedade (esmola, jejum e oração) e o hábito de dirigir-se a Deus como Pai, a centralidade do mandamento do amor a Deus e ao próximo.

Parágrafo relacionado: 993

576. Aos olhos de muitos, em Israel, Jesus parece agir contra as instituições essenciais do Povo eleito:

- a submissão à Lei na integralidade de seus preceitos escritos e, para os fariseus, na interpretação da tradição oral;
- a centralidade do Templo de Jerusalém como lugar santo, em que Deus habita de forma privilegiada;
- a fé no Deus único, cuja glória nenhum homem pode compartilhar.



I. Jesus e a Lei

577. Jesus fez uma advertência solene no começo do Sermão da Montanha, em que apresentou a Lei dada por Deus no Sinai por ocasião da Primeira Aliança à luz da graça da Nova Aliança:

Não penseis que vim revogar a Lei e os Profetas. Não vim revogá-los, mas dar-lhes pleno cumprimento, porque em verdade vos digo que, até que passem o céu e a terra, não será omitido um só i, uma só vírgula da Lei, sem que tudo seja realizado.

Aquele, portanto, que violar um só destes menores mandamentos e ensinar os homens a fazerem o mesmo ser chamado o menor no Reino dos Céus; aquele, porém, que os praticar e os ensinar, esse será chamado grande no Reino dos Céus (Mt 5,17-19).

Parágrafos relacionados: 1965, 1967

578. Jesus, o Messias de Israel, portanto o maior no Reino dos Céus, tinha a obrigação de cumprir a Lei, executando-a em sua integridade até seus mínimos preceitos, segundo suas próprias palavras. Ele é o único que conseguiu cumpri-la com perfeição. Os judeus, conforme sua própria confissão, nunca conseguiram cumprir a Lei em sua integridade sem violar-lhe o mínimo preceito. Esta é a razão pela qual, em cada festa anual da Expição, os filhos de Israel pedem a Deus perdão por suas transgressões da Lei. Com efeito, a Lei constitui um todo e, como recorda São Tiago, "aquele que guarda toda a Lei, mas desobedece a um só ponto, torna-se culpado da transgressão da Lei inteira" (Tg 2,10).

Parágrafo relacionado: 1953

579. Esse princípio da integralidade da observância da Lei, não somente em sua letra, mas em seu espírito, era caro aos fariseus. Tomando-o extensivo a Israel, levaram muitos judeus do tempo de Jesus a um zelo religioso extremo. Este zelo extremo, se não quisesse envolver-se em uma casuística "hipócrita", só podia preparar o povo para essa intervenção inaudita de Deus que será o cumprimento perfeito da Lei exclusivamente pelo Justo em lugar de todos os pecadores.

580. O cumprimento perfeito da Lei só podia ser obra do Legislador divino nascido sujeito à Lei na pessoa do Filho. Em Jesus, a Lei não aparece mais gravada nas tábuas de pedra, mas "no fundo do coração" (Jr 31,33) do Servo, o qual, pelo fato de "trazer fielmente o direito" (Is 42,3), se tornou "a Aliança do povo" (Is 42,6). Jesus cumpriu a Lei até o ponto de tomar sobre si "a maldição da Lei" "*in quod illi incurrerant "qui non permanent in omnibus, quae scripta sunt, ut faciant ea"*", na qual incorreram aqueles que "não praticam todos os preceitos da mesma, pois "a morte de Cristo aconteceu para resgatar as transgressões cometidas no Regime da Primeira Aliança" (Hb 9, 15).

Parágrafo relacionado: 527

581. Jesus apareceu aos olhos dos judeus e de seus chefes espirituais como um "rabi". Com freqüência argumentou na linha da interpretação rabínica da Lei. Mas ao mesmo tempo Jesus só podia chocar os doutores da Lei, já que não se contentava em propor sua interpretação em pé de igualdade com as deles, senão que "ensinava como alguém que tem autoridade, e não como os escribas" (Mt 7,28-29). Nele, é a mesma Palavra de Deus que tinha ressoado no Sinai para a Moisés a Lei escrita, que se faz ouvir novamente sobre o Monte das Bem-aventuranças. Ela não abole a Lei, mas a cumpre, fornecendo de modo divino a interpretação última dela: "Aprendestes o que foi dito aos antigos... eu, porém, vos digo" (Mt 5,33-34). Com esta mesma autoridade divina, Ele desabona certas "tradições humanas" dos fariseus que "invalidam a Palavra de Deus".

Parágrafo relacionado: 2054

582. Indo mais longe, Jesus cumpre a Lei a respeito da pureza dos alimentos, tão importante na vida diária judaica, revelando o sentido "pedagógico" dela por uma interpretação divina: "Tudo o que de fora, entrando no homem, não pode torná-lo impuro..." assim declarava puros todos os alimentos. "O que sai do homem, é isto que o torna impuro. Pois é de dentro, do coração dos homens, que as intenções malignas" (Mc

7,18-21). Ao dar com autoridade divina a interpretação definitiva da Lei, Jesus acabou confrontando-se com certos doutores da Lei que não aceitavam a interpretação da Lei dada por Jesus, apesar de garantida pelos sinais divinos que a acompanhavam. Isto vale particularmente para a questão do sábado: Jesus lembra, muitas vezes com argumentos rabínicos, que o descanso do sábado não é lesado pelo serviço de Deus ou do próximo, executado por meio das curas operadas por Ele.

Parágrafos relacionados: 368, 548, 2173



II. Jesus e o Templo

583. Jesus, como os profetas anteriores a Ele, teve pelo Templo de Jerusalém o mais profundo respeito. Nele foi apresentado por José e Maria quarenta dias após seu nascimento. Com doze anos, decide ficar no Templo para lembrar a seus pais que deve dedicar-se às coisas de seu Pai. Durante os anos de sua vida oculta, subiu ao Templo a cada ano, no mínimo por ocasião da Páscoa; até seu ministério público foi ritmado por suas peregrinações a Jerusalém para as grandes festas judaicas.

Parágrafos relacionados: 529, 534

584. Jesus subiu ao Templo como lugar privilegiado de encontro com Deus. O Templo é para ele a morada de seu Pai, uma casa de oração, e se indigna pelo fato de seu átrio externo ter-se tornado um lugar de comércio. Se expulsa os vendilhões do Templo, é por amor zeloso a seu Pai. "Não façais da casa de meu Pai uma casa de comércio. Seus discípulos lembram-se do que está escrito: 'O zelo por tua casa me devorará' (Sl 69)" (Jo 2,16-17). Depois de sua Ressurreição, os apóstolos mantiveram um respeito religioso pelo Templo.

Parágrafo relacionado: 2599

585. Contudo, no limiar de sua Paixão, Jesus anunciou a ruína desse esplêndido edifício, do qual não restará mais pedra sobre pedra. Há aqui o anúncio de um sinal dos tempos finais que vão abrir-se com sua própria Páscoa. Esta profecia, porém, pode ser relatada de modo deformado por testemunhas falsas no momento do interrogatório de Jesus diante do sumo sacerdote, sendo-lhe atribuída como injúria quando ele foi pregado à cruz.

586. Longe de ter sido hostil ao Templo, local em que aliás, ministrou o essencial de seu ensinamento, Jesus fez questão de pagar o imposto do Templo, associando a este ato Pedro, que acabara de estabelecer como fundamento para sua Igreja futura. Mais ainda: identificou-se com o Templo ao apresentar-se como a morada definitiva de Deus entre os homens. Eis por que sua morte corporal decretada anuncia a destruição do Templo, (destruição) que manifestará a entrada em uma nova era História da Salvação: "Vem a hora em que nem sobre esta montanha nem em Jerusalém adorareis o Pai" (Jo 4,21).

Parágrafos relacionados: 797, 1119

III. Jesus e a fé de Israel no Deus único e salvador

587. Se a Lei e o Templo de Jerusalém puderam ser ocasião de "contradição" da parte de Jesus para as autoridades religiosas de Israel, foi o papel dele na redenção dos pecados, obra divina por excelência, que constituiu para elas a verdadeira pedra de escândalo.

588. Jesus escandalizou os fariseus ao comer com os publicanos e os pecadores com a mesma familiaridade com que comia com eles. Contra os que, dentre os fariseus, estavam "convencidos de serem justos e desprezavam os outros" (Lc 18,9), Jesus afirmou: "Eu não vim chamar os justos, mas os pecadores, ao arrependimento" (Lc 5,32). Foi mais longe ao proclamar diante dos fariseus que, sendo o pecado universal, os que pretendem não necessitar de salvação estão cegos para sua própria cegueira.

Parágrafo relacionado: 545

589. Jesus escandalizou sobretudo porque identificou sua conduta misericordiosa para com os pecadores com a atitude do próprio Deus para com eles. Chegou ao ponto de dar a entender que, partilhando a mesa dos pecadores, os estava admitindo ao banquete messiânico. Mas foi particularmente ao perdoar os pecados que Jesus deixou as autoridades religiosas de Israel diante de um dilema. Foi isto que disseram com razão, cheios de espanto: "Só Deus pode perdoar os pecados" (Mc 2,7). Ao perdoar os pecados, ou Jesus blasfema – pois é um homem que se iguala a Deus –, ou diz a verdade, e sua pessoa torna presente e revela o Nome de Deus.

Parágrafos relacionados: 431,1441, 432

590. Somente a identidade divina da pessoa de Jesus pode justificar uma exigência tão absoluta quanto esta: "Aquele que não está comigo está contra mim" (Mt 12,30); assim, também, quando diz que nele está "mais do que Jonas... mais do que Salomão" (Mt 12,41-42), "mais do que o Templo"; ou quando lembra, referindo-se a si mesmo, que Davi chamou o Messias de seu Senhor, ao a firmar "Antes que Abraão fosse, Eu Sou" (Jo 8,58); e até "Eu e o Pai somos um" (Jo 10,30).

Parágrafo relacionado: 523

591. Jesus pediu às autoridades religiosas de Jerusalém que cressem nele por causa das obras de seu Pai que ele realiza. Tal ato de fé tinha de passar, no entanto, por uma misteriosa morte de si mesmo em vista de um novo "nascimento do alto", sob o impulso

da graça divina. Essa exigência de conversão ante um cumprimento tão surpreendente das promessas permite compreender o trágico desprezo do sinédrio ao estimar que Jesus merecia a morte como blasfemo. Seus membros agiam assim por "ignorância" e ao mesmo tempo pelo "endurecimento" da "incredulidade".

Parágrafos relacionados: 526,574

RESUMINDO

592. *Jesus não aboliu a Lei do Sinai, mas a cumpriu com tal perfeição que revela seu sentido último e resgata as transgressões contra ela.*

593. *Jesus venerou o Templo, subindo a ele nas festas judaicas de peregrinação, e amou com amor cioso esta morada de Deus entre os homens. O Templo prefigura seu próprio mistério. Se anuncia a destruição do Templo, é como manifestação de sua própria morte e da entrada em uma nova era da História da Salvação, na qual seu Corpo será o Templo definitivo.*

594. *Jesus realizou atos como o perdão dos pecados – que o manifestaram como o próprio Deus Salvador. Alguns judeus, não reconhecendo o Deus feito homem e vendo nele um homem que se faz Deus", julgaram-no blasfemo.*



Revisando temas

1. A importância de investigar as circunstâncias da morte de Jesus

Jesus Cristo não é uma idéia, nem um mito, tampouco um mero símbolo. Ele é um homem – sem deixar de ser Deus – que viveu em um determinado momento de nossa história e conduziu uma existência plenamente humana. Por isso a investigação da forma histórica concreta da Sua morte não é somente possível, mas também necessária uma vez que o cristão não se contenta somente em acreditar numa ideia e menos ainda numa farsa imposta por uma interpretação religiosa sem fundamento objetivo algum.

A fé pode assumir a tarefa de verificar os seus próprios fundamentos, ou seja, de mostrar que as circunstâncias da morte de Jesus não contradizem e até mesmo exigem o reconhecimento da morte como entrada na glória de Deus. Em relação

à morte de Jesus, a fé da Igreja mostra a relação de continuidade que há entre o sentido da redenção (morte em obediência ao plano do Pai e morte por nossos pecados) e a maneira como Jesus compreendeu e enfrentou a morte.

A proclamação da morte redentora de Jesus não é uma interpretação inventada pela comunidade cristã. Pelo contrário, ela se “impôs” à comunidade cristã em força de uma fidelidade histórica ao modo como Jesus de Nazaré viveu, pregou e enfrentou a morte.

2. Uma vida arriscada

Se lermos com atenção os evangelhos, chegaremos à conclusão de que Jesus conduziu uma existência perigosa e ameaçada pela morte violenta. A morte foi uma constante ameaça durante todo ministério público de Jesus.

Evidentemente não se trata da ameaça natural a que todos estamos sujeitos, isto é, a do risco da existência finita e mortal que é própria de todos os seres humanos.

Jesus experimentou a precariedade que é própria de toda vida humana, mas além dela enfrentou o perigo e a possibilidade de uma morte violenta causada pelos equívocos de interpretação das autoridades romanas sempre prontas a intervir na exasperada situação daquele tempo, pela violência com que Herodes exercia sua autoridade e perseguia as pessoas potencialmente perigosas (cf. Mc 6,17-27 e par.) e pela aberta oposição das autoridades judaicas que rejeitavam a mensagem do Reino julgada como uma ameaça para a ordem constituída.

De fato, Jesus apareceu como suspeito de possessão demoníaca e foi acusado de *blasfêmia e de falso profetismo, crimes religiosos que a Lei punia com a pena de morte* (574).

O contraste de Jesus com as autoridades religiosas de Israel ia desde uma muda desconfiança até a uma aberta e declarada perseguição.

Qual é o motivo de tanto contraste? Se levarmos em conta que a revelação de Deus Pai é o eixo central da missão de Jesus, veremos que foi exatamente a revelação de Deus que provocou o escândalo das elites religiosas de seu tempo.

A provocar tal escândalo foram as aparentes infrações da Lei, a pretensão de Jesus em possuir poderes exclusivos de Deus.

Não devemos considerar os notáveis de Israel como pessoas invejosas da grande popularidade que o pregador proveniente de uma obscura cidade da Galiléia, possuía. O escândalo foi provocado sobretudo pela revelação de um Deus que não se enquadrava dentro da imagem que eles julgavam como a verdadeira. O Deus de Jesus era muito diferente das suas representações: não respeitava os privilégios dos observantes da Lei, não retribuía conforme os méritos adquiridos, não fazia conta dos pecados da vida anterior para convidar a participar de seu Reino.

Contra este teocentrismo de Jesus a reação foi de indignação e rejeição. Este Deus era inaceitável: segundo os adversários de Jesus, só podia ser uma impostura de um falso profeta.